



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 0328/16

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Processo nº - 00322/16

Relator: Deputado *Edval Garcia Filho*.

Em mãos, para relatar o Projeto de Lei nº 223/16 de origem governamental que “Altera a Lei Estadual nº 5.077, de 12 de junho de 1989, que institui o Código Tributário do Estado de Alagoas, relativamente ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD”.

Trata-se de proposição que tem como objetivo alterar o art. 172-A da referida Lei, para autorizar que Decreto do Poder Executivo disponha sobre o pagamento parcelado do imposto, até o limite de doze parcelas, bem como retira a restrição aduzida acima.

Tal medida almeja a diminuição da inadimplência e o aumento da arrecadação do tributo mencionado, além de contribuir para a superação parcial da carência de recursos por que passam os entes federados de nosso país, que tem levado à necessidade da adoção de medidas legais de compensação e minimização do déficit financeiro.

Nestas condições, sob o ponto de vista estritamente tributário, vemos como positiva a proposta constante do Projeto de Lei nº 223/16, por isto opinamos pela aprovação deste projeto, com a emenda em anexo.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 17 de maio de 2016.

*[Assinatura]*  
PRESIDENTE

*[Assinatura]*  
RELATOR

✓

20 COMISSÃO  
SOMOS PELA APROVAÇÃO DA PRESENTE EMENDA.  
MACEIÓ 17/10/51